

# Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social

Exchange circuits and social currencies in mainland Portugal:  
The challenges of a social emancipation culture

Luciane Lucas dos Santos<sup>1</sup>

lucianelucas@ces.uc.pt

Beatriz Caitana da Silva<sup>2</sup>

beatriz.silva@student.fe.uc.pt

---

**Resumo.** Propondo novas formas de sociabilidade, as redes solidárias de troca adotam, em geral, uma lógica não-capitalista de funcionamento, o que significa a valorização de outros modos de produzir e reproduzir a vida. Como fenômeno social, estes circuitos de troca usualmente são atrelados à necessidade primeira de aquisição de bens básicos em contextos de precariedade econômica. Apesar desta tendência, estes mercados solidários, também chamados de feiras de troca, não param por aí: criam um círculo virtuoso de abundância e fazem-nos repensar, também, as práticas de consumo correntes. Atualmente, verificamos, em Portugal, a emergência e a expansão destas iniciativas, que se destacam pela sua capacidade de criar, mobilizar e fortalecer redes nas comunidades. Algumas delas adotam moedas sociais com o objetivo de facilitar a circulação dos bens e serviços trocados. Neste artigo, pretendemos fazer um levantamento exploratório das moedas sociais ativas em Portugal, discutindo seu papel e receptividade nas feiras de troca. Também buscamos saber em que medida é possível falar em emancipação social no âmbito destas experiências.

**Palavras-chave:** mercados de trocas, moedas sociais, emancipação.

**Abstract.** By proposing new forms of sociability, the solidarity exchange trading networks usually adopt a non-capitalist logic of functioning, which means other ways of producing and reproducing material life. This social phenomenon is usually linked to the need for purchasing basic goods in situations of economic vulnerability. Despite this trend, these exchange circuits, also named exchange fairs, not only create a virtuous circle of abundance but also make us rethink the current consumption practices. Nowadays, we have observed the emergence and the relatively fast growth of solidarity exchange initiatives in Portugal which stand out due to their capacity for creating, mobilising and strengthening the networks in the community. Some of them have adopted social currencies in order to facilitate the circulation of goods and services. In this paper, we aim to propose an exploratory survey regarding the social currencies in Portugal, discussing their role and receptiveness by exchange fairs. We also intend to know to what extent it is possible to think of social emancipation within the framework of these economic initiatives.

**Keywords:** exchange systems, social currencies, emancipation.

---

<sup>1</sup> Foi investigadora pós-doutoral financiada pela FCT, por meio do Programa Operacional Potencial Humano do Fundo Social Europeu (POPH/FSE). A pesquisadora integra, neste momento, a equipa do projeto de pesquisa "ALICE: Espelhos estranhos, Lições Imprevistas", coordenado por Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra – Portugal. Membro do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (ECOSOL-CES). Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995, Coimbra, Portugal.

<sup>2</sup> É doutoranda em sociologia e membro do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (ECOSOL-CES). Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia – FEUC. Avenida Dias da Silva, 165, 3004-512, Coimbra, Portugal.

## Introdução

O consumo solidário – dentro do qual as feiras de troca se inscrevem – tem se apresentado como uma possibilidade de mudança nas práticas de consumo contemporâneas. Esta potência se deve a um conjunto de características que o consumo solidário preconiza, das quais ressaltamos três: (i) uma perspectiva coletiva em contraposição ao foco no indivíduo, estimulado pelo modelo hegemônico de consumo; (ii) uma outra lógica de funcionamento, mais conectada com o espírito comunitário do que com a busca da diferenciação social; (iii) a busca de cadeias produtivas mais justas, fomentando um círculo virtuoso entre produção e consumo.

Apesar da potência destas mudanças, há um inegável desnível entre a produção e o consumo solidários, tanto no plano conceitual (já que se discute muito mais a primeira do que o segundo) como na disseminação de práticas. Há, entretanto, uma natural correlação entre ambos, de modo que o contexto do consumo solidário afeta a situação da própria produção solidária – e vice-versa. A produção solidária – já bastante consolidada como discurso e prática em muitos países – se depara não só com gargalos na comercialização regular de seus bens e serviços, mas, também, com pouca articulação para a construção de dinâmicas coletivas e diferenciadas de consumo. Isto significa que, apesar dos avanços da Economia Solidária – e que não são poucos, inclusive no campo das políticas públicas –, o consumo solidário tem, em geral, mais uma feição de projeto em curso do que de uma prática sistemática oriunda de coletivos organizados de consumidores. Isto não reduz, de forma alguma, sua relevância e potencial emancipatório, tendo em vista a urgência de modos de consumo que fortaleçam outras prerrogativas, tais como a construção de novas sociabilidades, a articulação comunitária para o enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica de minorias e a valorização dos saberes e fazeres das pessoas. Neste sentido, os centros comunitários de comercialização e consumo, a articulação entre produtores e consumidores através dos circuitos curtos, os coletivos de consumidores e as redes de trocas com moedas sociais são bons exemplos de outros modos de consumir e de fazer circular bens e

serviços, distanciando-se da racionalidade que caracteriza o consumo capitalista.

Apesar da promessa de uma outra racionalidade, sabemos que as práticas de consumo solidário – e as redes de trocas entre elas – podem não estar totalmente desvinculadas de uma economia de mercado, como já nos advertira Quijano (2004, p. 418). Entendemos que esta coexistência espaço-temporal com a economia de mercado não significa, entretanto, subordinação às suas leis. Ao contrário, as experiências solidárias no terreno apontam para pequenas transgressões e mudanças de perspectiva que representam importantes conquistas – do fortalecimento da dimensão comunitária ao debate sobre problemas comuns, da valorização da economia e dos saberes locais à contestação da escassez como regra (Cunha, 2011). O potencial emancipatório das experiências – que varia conforme o seu desenrolar no terreno – será tanto mais evidente quanto mais estas práticas contribuírem para desfazer, nos atos do consumo, a condição hegemônica atribuída a determinados saberes, temporalidades, escalas e modos de organização da vida material<sup>3</sup>. Ou seja, o potencial emancipatório do que temos vindo a chamar de consumo solidário dependerá da sua capacidade de convocar outras racionalidades socioeconômicas e de desatrelar as práticas individuais e coletivas de consumo da necessidade de distinção social que marca as formas hegemônicas de consumo (Santos, 2011).

Neste artigo, analisaremos, em mais detalhes, um dos formatos que o consumo solidário pode assumir – o das feiras de troca com moeda social. Trataremos em particular das feiras de troca com recurso à moeda social em Portugal – ainda pouco conhecidas no Brasil, embora já ocorram no país desde 2006. Antes, entretanto, de analisarmos especificamente os mercados solidários e suas moedas, debatemos aqui os limites do modelo capitalista de consumo, evidenciando a relevância de experiências que, em sua pequena escala, contradizem, em termos epistemológicos e estéticos, a racionalidade econômica moderna. É neste contexto que surge a moeda social, como uma forma transgressora de confrontar a escassez e como um modo de fazer circular saberes e bens usualmente desconsiderados pela estética hegemônica.

---

<sup>3</sup> Este aspecto – o potencial emancipatório do consumo – é discutido em mais detalhes em Luciane Santos (2011), a partir dos conceitos de monocultura do consumo e ecologia das trocas, ambos cunhados pela autora com base na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, de Boaventura de Sousa Santos (2006).

## O consumo no modelo capitalista

A exclusão socioeconômica a que indivíduos e comunidades têm sido reiteradamente expostos – seja por medidas de austeridade, seja pela desigualdade fomentada pelo próprio modelo de crescimento – confirma a incapacidade dos modos capitalistas de produção e consumo de garantirem condições mínimas de equidade social. A produção capitalista não o faz porque se fundamenta no mecanismo ininterrupto de produção de mais-valia e porque corrobora, hoje, uma tendência decrescente do valor de uso (Mészáros, 2009). O consumo capitalista, por sua vez, contribui para a desigualdade, entre outros motivos, dado um aspecto que sua dimensão simbólica aciona – a perspectiva de distinção social (Bourdieu, 1979) a ele inerente. O consumo capitalista se alimenta do desejo de diferenciação social das pessoas, fundamentando-se na legitimação de uma hierarquia das diferenças<sup>4</sup> (Sousa Santos 2006, 2007).

No âmbito do capitalismo financeiro, que assume como prioridade a tarefa de resguardar e ampliar o capital, tudo passa a ser permitido, inclusive depreciar progressivamente o valor de uso do que é produzido (Mészáros, 2009; Antunes, 2009), ocasionando uma inevitável “disjunção entre produção para as necessidades sociais e auto-reprodução do capital” (Antunes, 2009, p. 12). Esta disjunção, por sua vez, amplia os impactos sociais já trazidos por dois outros fenômenos complementares: (i) o declínio civilizacional do homem público<sup>5</sup>, a respeito do qual nos fala Richard Sennett (1999) e que assinala uma perda da percepção sociopolítica do coletivo, e (ii) a conformação de uma cultura de consumo, que fortalece a estratificação social a partir de uma perspectiva hegemônica do

gosto e em cujo contexto o fetiche da mercadoria afasta ainda mais a ideia de uma produção voltada para as necessidades sociais.

A cultura de consumo – que não é prerrogativa dos séculos XX e XXI (cf. Burke, 2008), como se pode pensar – não só tem tirado o foco do valor de uso das coisas, como tem, também, constituído e corroborado um sistema de classificação social (Santos, 2011). Se o consumo é uma das formas pelas quais construímos nossas identidades (McCracken, 2003; Douglas e Isherwood, 2006) e interagimos com os outros – tendo um papel de mediação social e mesmo de comunicação de afetos –, também é igualmente verdade que a produção dos sentidos e representações dominantes que circulam nos bens não é partilhada de igual modo por todos aqueles que contribuem para a afirmação destes mesmos sentidos. Isto significa que a cultura de consumo, como ela se desenha hoje no tecido social, não só reforça sentidos dominantes – acerca do que seja bom, belo ou adequado –, como também naturaliza uma violência simultaneamente simbólica, social e econômica.

Para promover mudanças no consumo, reduzindo as desigualdades que ele naturaliza e evocando o potencial emancipatório de que ele pode vir a ser portador, é preciso romper com seus valores principais – o escalonamento social que promove, a efemeridade progressiva e calculada e a acumulação de bens. Ou seja, é necessário comprometer-se com a concretização de outros modos de produzir e reproduzir a vida, bem como outras lógicas de construção da identidade e pertencimento nos circuitos econômicos estabelecidos<sup>6</sup>. Entretanto, a perspectiva redutora de pensar a economia sempre em termos do mercado capitalista – risco para a qual nos alertou Polanyi<sup>7</sup> (1957) – tem impe-

<sup>4</sup> Este debate sobre a hierarquização das diferenças legitimada pela racionalidade ocidental pode ser melhor acompanhado em Boaventura de Sousa Santos (2007). Segundo ele, estamos diante de cinco modos de produção de ausência, sendo urgente mostrar que aquilo que parece não existir é, antes, “produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo” (2007, p. 28-29). Neste sentido, uma das monoculturas seria justamente a de “naturalização das diferenças que ocultam hierarquias, das quais a classificação racial, a étnica, a sexual e a de castas na Índia são as mais persistentes” (Sousa Santos, 2007, p. 30). Para uma análise mais detalhada da dimensão simbólica do consumo, ver Santos (2011).

<sup>5</sup> Abordando a questão da sociabilidade, Sennett (1999) discute a exacerbação do domínio do privado em detrimento do público, sendo este um fenômeno que tem início na modernidade ocidental do século XVIII. Segundo ele, a cultura capitalista trouxe consigo “uma vida pessoal desmedida e uma vida pública esvaziada” (1999, p. 30).

<sup>6</sup> Neste sentido, os clubes de trocas com moeda social exemplificam a possibilidade de coexistência, no âmbito das trocas econômicas, de outros modos de construção e fortalecimento da identidade, assim como outros modos de integração e reconhecimento de grupo. A diferença reside no fato de que estas e outras formas econômicas populares não se fundamentam na competição – competição esta inerente ao mecanismo de distinção social, propulsora do consumo. A este respeito, veja-se Santos (2012b).

<sup>7</sup> As diferenças entre as abordagens “substantivista” e “formal” podem ser melhor compreendidas em Machado (2012). De um modo geral, referem-se à aceitação ou não da teoria econômica moderna para explicar todos os contextos, mesmo o de outras economias (tais como as economias indígenas, para citar um exemplo). Polanyi, ligado à corrente substantivista, acredita que a teoria moderna não serve para explicar outros modos de organização econômica. A este respeito, ver também o trabalho de Sahlins (1978).

dido a percepção e validação de outras formas de organização da vida econômica, nomeadamente aquelas que enfatizam seu funcionamento a partir da reciprocidade e da redistribuição. Ainda assim, apesar da hegemonia do mercado capitalista, a História nos mostra que ele constitui exceção e não regra na conformação do que seja a economia (estamos falando, aqui, da acumulação e da propensão ao cálculo diante da escassez) (cf. Silveira, 2007). Experiências econômicas não-ocidentais, como as de diferentes populações autóctones espalhadas pelo mundo, mostram que o cálculo e a escassez não são necessariamente unanimidade. Polanyi está entre os autores que evidenciarão a limitação da racionalidade econômica moderna. Diante do equívoco epistemológico corrente de se pensar que “são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” e não o contrário – ou seja, a economia “embutida nas relações sociais” (Polanyi, 1957, p. 72) –, ele irá propor a re-incrustação da economia, de modo a novamente enquadrá-la no contexto das relações sociais.

Contudo, retomar a perspectiva da economia como parte do social<sup>8</sup> – ou, se assim preferirmos, re-incrustar a economia nos termos propostos por Polanyi – não é tarefa simples, já que os pressupostos do mercado capitalista ganham legitimação no imaginário social, sendo fortalecidos pela lógica identitária e distintiva do consumo. Tais diferenças se naturalizam a tal ponto no tecido social que já não permitem ver, com clareza, os hiatos sociais que na economia de mercado se formam. Conforme esclarece Maria Rita Kehl, “em uma sociedade de mercado, o fetiche da mercadoria [constitui] um dos principais organizadores do laço social [...] ele apaga a diferença entre o capitalista e o trabalhador, entre quem vende e quem compra força de trabalho, entre quem lucra e quem cede mais-valia” (Kehl, 2004, p. 84).

Neste sentido, para que outros modos de organização da economia ganhem maior es-

paço no imaginário social, é necessário que outras formas de consumo sejam também consideradas. Três questões chave estão na base destas mudanças no consumo: se estas formas de consumo alavancam outras experiências de sociabilidade; se estimulam uma relação mais direta e justa entre produtor e consumidor e se alimentam relações mais equitativas nas cadeias produtivas, através, por exemplo, daquilo que Mance (1999) convencionou chamar de redes de colaboração solidária<sup>9</sup>.

Este modo diferente de adquirir bens e serviços e de operar simbolicamente numa base que não é a de reforço da distinção social tem um nome: consumo solidário. Em termos concretos, o consumo solidário revela-se como uma alternativa capaz de fomentar soluções locais para garantir maior bem-estar coletivo, já que valoriza a economia de proximidade, fortalece a articulação dos cidadãos e contribui para que os recursos permaneçam na própria comunidade. Ao evocar um sentido político de transformação social e de emancipação de minorias simbólicas e/ou econômicas, a finalidade deste modo de consumo torna-se rigorosamente outra: “promover o bem-viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais etc.)” (Mance, 1999, p. 30).

Estando de acordo com a finalidade indireta proposta por Mance, mas tendo em vista que outras características inerentes a estas práticas de consumo merecem ser ressaltadas, propomos uma definição complementar. O consumo solidário designaria, assim, experiências de consumo que sejam, por princípio, coletivas e autogestionárias, promovendo cadeias produtivas mais justas. Nele enquadram-se experiências diversas, tais como os coletivos de consumidores (por exemplo, clubes de compras coletivas ou cooperativas de consumo), as articulações diretas entre consumidores e produtores (a exemplo do que

<sup>8</sup> Esta é uma discussão importante que tem acontecido no âmbito da Antropologia e da Sociologia Econômicas. Conforme esclarece Machado (2010), há um equívoco na percepção das ideias de Polanyi no contexto da Nova Sociologia Econômica, já que elas preconizam que todas as economias são, por princípio, incrustadas, não podendo, portanto, desatrelar-se das relações sociais. Aquilo a que Polanyi, entretanto, se refere é justamente o oposto, ou seja, a desincrustação como uma evidência do “caráter excepcional da economia capitalista de mercado” (Machado, 2010).

<sup>9</sup> Entendemos que a presença de redes colaborativas em cadeias produtivas mais justas significa: (i) a possibilidade de formas coletivas ou de entreatada relativamente à produção, ao consumo, à comercialização e ao crédito, promovendo maior equidade no interior de cadeias produtivas já estabelecidas e (ii) a construção criativa e diferenciada de cadeias de produção local em que redes de entreatada ou parceria são estabelecidas para o fortalecimento de uma economia de proximidade, tendo em conta a competência diferenciada e/ou complementar dos diversos nós da rede: troca de serviços dentro de uma mesma cadeia, rodízio na comercialização ou distribuição dos produtos ou serviços, parcerias dentro da cadeia para a produção de um bem social e economicamente mais justo.

ficou conhecido, no Brasil, como Agricultura Sustentada pela Comunidade Local – ASCL<sup>10</sup>), as práticas de consumo mútuo entre os “nós” de uma rede colaborativa de produção local, o comércio justo e as redes solidárias de trocas com recurso à moeda social.

No caso das redes de trocas, pode-se dizer que elas constituem uma experiência em expansão em diferentes países e continentes. Com o advento da moeda social para a mediação das transações, ampliando as possibilidades de intercâmbio, estas redes conquistaram maior visibilidade (principalmente depois dos clubes de troca da Argentina, na década de 90, com a perspectiva dos bônus transferíveis). Ainda assim, não é incomum que, em alguns países, a opinião pública simplesmente desconheça muitas das iniciativas de troca implementadas, mesmo quando estas experiências se revelam de notável importância para as comunidades locais. Portugal é um exemplo deste desconhecimento. Apesar das moedas sociais se expandirem em território português, há quem nunca tenha ouvido falar em mercados solidários ou moedas complementares.

A escolha de Portugal para a análise que se segue deve-se justamente à constatação deste processo de expansão das formas diretas e indiretas de troca em todo o País. Para efeito deste artigo, interessa-nos, particularmente, relatar e analisar o fenómeno da multiplicação de moedas sociais, num contexto de austeridade económica que ocasiona acentuadas situações de exclusão socioeconómica. Não pretendemos, aqui, fazer uma análise da crise, tendo em vista que muitos estudos já o têm feito. Desejamos refletir sobre o aumento das feiras de troca com recurso à moeda social em território português, partilhando um levantamento preliminar destas iniciativas, sua caracterização e primeiras impressões acerca do modo como tem sido adotada a moeda social.

O artigo aborda, sobretudo, uma reflexão sobre as condições e os limites à emancipação social a partir destas redes de troca. A emancipação que aqui referimos tem a ver com a autonomia material e simbólica que os indivíduos podem conquistar a partir de iniciativas económicas populares, bem como a condição de articulação com seus pares visando à solu-

ção de problemas vividos pela comunidade. No campo do consumo propriamente dito, esta emancipação se traduz, em primeiro lugar, na dimensão política que o consumo pode ter (em termos individuais e coletivos) e, em segundo lugar, traduz-se na capacidade dos sujeitos se articularem para validar outras lógicas, saberes e temporalidades nas experiências coletivas de troca, compra ou comercialização.

Antes, entretanto, de entrar na caracterização e discussão das iniciativas portuguesas propriamente ditas, apresentamos, nas seções a seguir, uma reflexão sobre o contributo das redes de troca para o fortalecimento de uma economia de proximidade, bem como uma breve análise do contexto português.

### **Contributos dos mercados/feiras de trocas e das moedas sociais para o fortalecimento da economia local**

A relevância económica e social das feiras de troca (ou mercados solidários) nem sempre se revela à primeira vista. Entretanto, falar de mercados solidários é falar, também, de (auto)empoderamento económico e social dos sujeitos e de democracia participativa, uma vez que os processos de decisão e gestão são partilhados por todos.

Ao contrário do que o senso comum costuma pensar, os mercados solidários não se destinam especificamente à troca de produtos de segunda-mão. Nestes espaços de convívio, trocam-se também, e preferencialmente, produtos fabricados pelos próprios participantes, saberes e serviços diversos. Neste sentido, estes mercados solidários intensificam a dinâmica social, valorizando os conhecimentos diversos dos integrantes da comunidade e criando um circuito de integração e de auto-organização económica e social. A comunidade que organiza um mercado solidário e adota uma moeda social geralmente se fortalece, já que, nela, um processo coletivo de decisão e de busca de soluções toma corpo. Neste sentido, a moeda social contribui não só para o fortalecimento da economia local, como também para o aprimoramento da própria democracia participativa. Outro fato a ter em conta é que

<sup>10</sup> Este contato direto entre produtores e consumidores mediante a criação de contratos de temporada e formas alternativas de distribuição direta, independente do mercado convencional, tem recebido diferentes denominações em diferentes partes do mundo: AMAP na França (Association pour le Maintien d' une Agriculture Paysanne), GAS na Itália (Gruppo Acquisto Solidale), CSA em países anglófonos (Community Sustainable Agriculture) e ASCL no Brasil.

estes mercados (e a moeda que neles circula) consolidam uma economia de proximidade, fazendo com que os recursos da comunidade não se dispersem.

Dada a nova sociabilidade que estes mercados alternativos promovem, é comum haver, também, maior articulação dos participantes na identificação de problemas diversos (da aldeia, vila, bairro) e na busca coletiva de soluções. Deste modo, a integração dos cidadãos em circuitos de troca com moeda social – seja por iniciativa dos mesmos ou por incentivo de autarquias<sup>11</sup>, associações de desenvolvimento local ou instituições de solidariedade social (IPSSs) – contribui para o reconhecimento e valorização dos saberes das pessoas, para o fortalecimento de comunidades economicamente frágeis e para atribuir ênfase à chamada economia de proximidade<sup>12</sup>.

Em situações de crise, quando o desemprego aumenta substancialmente, é comum que as iniciativas de troca proliferem. Ora atreladas aos clubes de troca, ora associadas aos bancos comunitários (como prática de financiamento solidário para toda uma comunidade), as moedas sociais, na ausência do dinheiro, possibilitam a aquisição de produtos que a renda familiar não permite comprar. Ampliam-se, assim, as condições de aquisição de bens de consumo como roupas, calçados, alimentos não-perecíveis, verduras e hortaliças frescas, além de serviços diversos. Da mesma forma, a moeda social permite disponibilizar produtos feitos em casa para as pessoas da comunidade que partilham a mesma condição de ausência de recursos. Ou seja, um círculo virtuoso, de abundância (Cunha, 2011), pode constituir-se e confrontar as condições de precariedade, silenciamento e vulnerabilidade a que alguns grupos estão expostos. Com a moeda social, vende-se

aquilo que se sabe fazer para as pessoas que estão em uma mesma situação<sup>13</sup>.

A precariedade das condições financeiras destas pessoas pode, entretanto, impactar na diversidade de bens e serviços disponíveis nos circuitos de troca (dado o custo das matérias-primas necessárias para a confecção de um produto, por exemplo). Assim, uma forma de ampliar a oferta de produtos e serviços nestas feiras de trocas é a aposta na presença simultânea de cooperativas de produção, acompanhadas por universidades ou incubadoras solidárias. Elas não só enriquecem as feiras de troca com variedade de bens, mas também garantem aos empreendimentos presentes um espaço solidário de escoamento da produção e uma outra forma de pagamento: a moeda social. Outro aspecto importante a ressaltar nestas iniciativas – característica de algumas experiências de troca, especialmente no Brasil (com particular destaque para Curitiba)<sup>14</sup> – é a presença de rodas de conversa sobre temas mobilizadores durante as feiras, que fomentam espaços de discussão e integração nas comunidades. Uma série de decisões coletivas em prol da comunidade pode surgir a partir destas rodas de conversa: da compra coletiva de ferramentas de trabalho à articulação por melhorias na cidade, vila ou aldeia. Este fortalecimento do coletivo contribui não só para a consolidação da democracia participativa no território, mas também para uma maior consciência crítica dos indivíduos e da comunidade nos assuntos que afetam suas vidas cotidianas. Como veremos mais adiante, muitas feiras de troca que têm surgido em Portugal se fundamentam numa reflexão crítica sobre os impactos do modelo atual de consumo, estando algumas delas diretamente relacionadas ao Movimento de Transição (<http://www.transitionnetwork.org/>).

---

<sup>11</sup> O termo autarquia, usado em Portugal, refere-se às instâncias do Poder Público Local: juntas de freguesia (em aldeias rurais e vilas) e câmaras (nas vilas e cidades, sendo equivalente à prefeitura). Não havendo unidades federativas em Portugal, não se fala em governo estadual.

<sup>12</sup> Apesar dos contributos trazidos por autarquias, associações de desenvolvimento local e IPSSs quando apoiam mercados de troca e outras iniciativas comunitárias, dois pontos merecem reflexão: (i) o conceito de desenvolvimento de que partem estas instituições, já que ele pode, por vezes, não coincidir com as perspectivas de qualidade de vida partilhadas na própria comunidade e (ii) a possibilidade deste descompasso, por sua vez, influenciar as condições de autonomia e o tempo de vida do próprio mercado.

<sup>13</sup> Paul Singer (2009), referindo-se à situação brasileira, descreve bem a situação de muitas destas pessoas que se reúnem nos clubes de troca, especialmente os que estão nas periferias das grandes cidades: “São pessoas aptas a produzir bens ou serviços de utilidade para outros, mas sem mercados onde possam vendê-los; também têm necessidade de mercadorias, que não podem comprar por falta de dinheiro [...] Tão logo se associam em Clubes de Trocas, estas pessoas descobrem que podem trabalhar umas para as outras e assim satisfazer suas necessidades reciprocamente”.

<sup>14</sup> As experiências de Curitiba aqui mencionadas integram a Rede Pinhão, articulada pelo Cefuria (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo). Estas iniciativas econômicas estimulam a politização dos sujeitos, a autogestão e a autonomia (<http://www.cefuria.org.br>; [http://www.cefuria.org.br/files/2012/09/folder\\_redepinhao.pdf](http://www.cefuria.org.br/files/2012/09/folder_redepinhao.pdf)).

## *A moeda social*

Como fenómeno socioeconómico, pode-se dizer que as moedas sociais estão a expandir-se em muitos países. São moedas em suporte físico (ou virtuais), criadas e geridas por uma comunidade, com o objetivo de promover a economia local, especialmente em lugares onde há grande evasão de recursos (com a circulação dos recursos acontecendo fora da comunidade) e/ou vulnerabilidade económica e social. O uso da moeda solidária e a organização de feiras de trocas também se vinculam à ideia de um outro modelo de consumo, mais colaborativo e mais centrado na valorização dos saberes e fazeres das pessoas da comunidade.

Compreendidas no âmbito das chamadas moedas complementares, as moedas sociais têm uma longa história, apesar do sentido de novidade de que costumam revestir-se sempre que aparecem nas comunidades. Sua origem remonta, historicamente, às moedas alternativas utilizadas como uma resposta criativa ao desemprego e à recessão económica vividos na Europa (nomeadamente Alemanha e Áustria)<sup>15</sup> e nos Estados Unidos, na década de 30 (Laacher, 2000; Lietaer, 2000; Búrigo, 2001)<sup>16</sup>. Mais adiante, já na década de 80, como atestam vários autores (Lietaer e Primavera, 2013; Búrigo, 2001), as moedas alternativas de base comunitária ressurgem em uma cidade próxima de Vancouver (Canadá) através do que ficou conhecido como LETS (Local Exchange Trading System). Espalhando-se pelo Canadá, a ideia das moedas alternativas chega, a seguir, ao Reino Unido (1985), à Nova Zelândia (1986) e à Austrália (1987) (cf. Búrigo, 2001).

Já na década de 90, os circuitos de troca com moeda social chegam à América Latina, na Argentina (1995)<sup>17</sup>, chegando a atingir, durante a crise no país, cerca de 2 milhões de famílias

(Lietaer e Primavera, 2013, p. 67-68). O modelo de troca de produtos e serviços a partir de bônus transferíveis passa a ser adotado, no país, por um número exponencialmente crescente de coletivos, tendo como inspiração inicial o modelo francês SEL – *Système d'Échange Local* –, que utiliza, entretanto, bônus intransferíveis (cf. Búrigo, 2001). Dada a sua capilaridade, a experiência dos clubes de troca na Argentina põe sob holofote internacional a temática da moeda social, chegando, três anos depois, ao Brasil (1998). Em Portugal, por sua vez, estes circuitos de troca com moeda social (em suporte físico) chegam em 2006<sup>18</sup>, apresentando características um pouco diversas da experiência brasileira – nomeadamente o vínculo de certo modo ainda frágil com a temática da Economia Solidária e a ausência do lastro. Apesar destas e de outras diferenças, cabe ressaltar a notável influência do modelo brasileiro nos mercados solidários portugueses.

Guardadas as usuais particularidades dos circuitos de troca nos diferentes lugares e ao longo do tempo, a moeda social, funcionando como uma moeda complementar, não tem por objetivo substituir a moeda oficial. Ela consiste, na verdade, em uma “forma de moeda paralela criada e administrada por seus usuários [...] [que] não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e [cuja] circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária” (Soares, 2006, p. 135). Apesar da sua circulação restrita, esta moeda pode revestir-se de um sentido político, à medida que resulta de um processo comunitário de construção e decisão, fortalecendo a autonomia simbólica dos sujeitos e das comunidades a que pertencem.

Numa dimensão política, estas moedas sociais comunicam uma resposta dos cidadãos à

<sup>15</sup> Para saber mais sobre a história das moedas alternativas, ver Lietaer (2000) e Búrigo (2001, 2011). Conforme narra Búrigo (2001), em 1930, na Alemanha, bônus denominados *Wara* foram utilizados em *Schwarnenkirchen* (Baviera) para pagamento dos trabalhadores de uma mina de carvão, sendo também aceitos no comércio local. Na Áustria, na cidade de *Wörgl*, a prefeitura utilizou bilhetes bancários para mobilizar a economia local, diante da situação de desemprego enfrentada. Nos dois casos, as moedas perdiam o valor com o decorrer do tempo. Lietaer e Primavera (2013, p. 63) vão mencionar, também, o sistema *Wir* na Suíça, onde “um conjunto de 17 pequenas empresas criou uma moeda complementar com a qual podiam negociar entre elas e ajudou-as a enfrentar a grande depressão”.

<sup>16</sup> Na França, a experiência com moedas alternativas tem início em Nice (1935) e, mais adiante, nas freguesias de *Lignéres* (1956) e *Marans* (1958). Ver a este respeito Búrigo (2001, 2011) e Lietaer (2000). Para efeito de comparação, o conceito de freguesia, em termos administrativos, assemelha-se ao de subprefeitura no Brasil. Para saber mais sobre os SEL franceses e a utilização dos bônus intransferíveis, <http://base.d-p-h.info/fr/fiches/premierdph/fiche-premierdph-4177.html>.

<sup>17</sup> Para saber mais sobre os clubes de troca e a moeda social na Argentina, veja-se Primavera (2013) e Lietaer e Primavera (2013).

<sup>18</sup> Há indícios de que a moeda social tenha sido empregada pela primeira vez em Portugal em 2003, através do sistema trocal do Porto (que funcionou em feiras de troca a intervalos irregulares a partir de uma moeda virtual). Entretanto, a primeira moeda social em suporte físico e com base regular foi a *granja*, utilizada no Mercado da Granja do Ulmeiro.

situação de escassez em que vivem em virtude da incapacidade da moeda formal de dar conta de necessidades de consumo básicas. Diferentemente da moeda oficial, as moedas sociais não se prestam ao entesouramento; logo, não capitalizam as trocas. Nos mercados solidários, estas moedas destinam-se, prioritariamente, à ampliação das trocas entre pessoas com produtos de diferente valor de uso, facilitando intercâmbios que dificilmente ocorreriam a partir da troca direta.

Esta ampliação das trocas ocorre, inclusive, em termos espaço-temporais, já que as moedas podem ser utilizadas fora das feiras de troca, entre os participantes das iniciativas, gerando um círculo virtuoso de circulação interna dos recursos da comunidade. Neste sentido, as moedas sociais não devem ser percebidas como um elemento sem função nas experiências de trocas. Tampouco devem ser vistas como elemento lúdico, já que as iniciativas de troca implicam, à partida, um fenômeno econômico, com todas as questões que a adoção de uma moeda implica (por exemplo, liquidez de um mercado), à exceção – isto sim – da especulação a que as moedas oficiais se prestam ou à acumulação a que muitas vezes se destinam.

Contudo, embora a presença da moeda social potencialize o circuito de trocas relativamente à promoção de certa autonomia econômica, já que possibilita ampliar as condições materiais imediatas dos indivíduos na ausência do dinheiro, esta percepção nem sempre acontece de forma clara nos coletivos, tornando-se comum que a moeda, por vezes, seja subestimada ou mesmo mal compreendida. Não é raro que grupos de troca rejeitem a moeda social por acreditarem que ela irá necessariamente introduzir uma lógica de lucro à semelhança do dinheiro ou que, no extremo oposto, ela seja compreendida como mero recurso para animação local, em contextos onde a precariedade e o desemprego se abateram sobre a comunidade.

Com relação ao primeiro ponto, ressaltamos que, além de diversos mecanismos à disposição dos grupos para desestimular o uso da moeda social como reserva de valor e para travar a sua acumulação (a partir, por exemplo, da redução programada de valor da moeda [cf. Búrigo, 2011], mediante sua oxidação), o objetivo da moeda social não é, de forma alguma, o de re-encenar princípios econômicos capitalistas num mercado paralelo destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas, sim, o de reinventar formas

de organização econômica e social capazes de fazer face às consequências inevitáveis do funcionamento capitalista do dinheiro (a saber, a valorização do valor de troca [cf. Antunes, 2009], a alternância entre momentos de inflação e recessão, os níveis altos de desemprego etc.). Neste sentido, a diferença entre a moeda oficial e a moeda social reside no acordo comunitário de não permitir que a segunda funcione como reserva de valor, a exemplo do dinheiro; ou seja, “nos clubes, a moeda é social porque é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos, mas não vira reserva de valor, pois não gera mais dinheiro através da aplicação de taxas de juros” (Búrigo, 2001).

Na direção oposta, a utilização da moeda social como mero elemento de animação comunitária, sem a percepção de seu valor econômico, pode induzir a equívocos na gestão da moeda ou à subutilização destes circuitos de troca relativamente ao fortalecimento da economia local e à ampliação da autonomia econômica dos indivíduos e comunidades.

Exigindo cuidado na implementação de uma moeda complementar e, sobretudo, reflexão prévia sobre os motivos para adotá-la, os circuitos solidários de troca com recurso à moeda social podem, efetivamente, contribuir para dinamizar a economia interna das comunidades em situações de crise e desemprego. Assim o têm demonstrado as diversas experiências de moeda complementar e/ou alternativa ao longo da história. Embora não se destinem apenas a momentos como estes, as crises têm um papel: evidenciam a força do coletivo na busca de soluções cotidianas e chamam mais atenção para as desigualdades legitimadas pelo consumo capitalista e seus fluxos econômicos.

Tendo estes pontos em conta, analisaremos, a seguir, a expansão dos mercados solidários em Portugal.

### **Contextualização preliminar dos mercados/feiras de troca em Portugal**

A crise econômica em Portugal teve, como um dos seus efeitos, a implementação de uma política econômica de austeridade, que tem vindo ao longo dos últimos anos a modificar o modelo de Estado Social (Hespanha *et al.*, 2013), num contexto político em que a austeridade é vista como a única alternativa. A política anticrise impactou os diferentes serviços sociais e, por conseguinte,



umentou as desigualdades sociais, corroborando o que Sousa Santos (2012) define como a desmedida das medidas de austeridade. Ainda que não seja este o objeto do presente estudo e nem se pretenda desenvolver de forma exaustiva qualquer análise sobre a arquitetura da crise no país, importa assinalar que tais mudanças tiveram e têm impacto na forma como os cidadãos administram a crise no seio das comunidades e das suas famílias. Logo, estas alterações permitem verificar a emergência de respostas inovadoras por parte das organizações da economia social e solidária e de um forte apoio informal por parte da sociedade-providência no intuito de contornar os efeitos negativos deste cenário econômico.

Um exemplo disto é o surgimento, em Portugal, nos últimos seis anos, de um número significativo de circuitos de troca (principalmente de produtos), com ou sem moeda social. Usualmente, estes circuitos recebem no país a denominação de “mercados solidários de troca” ou “feiras de troca”<sup>19</sup>. Apesar destas iniciativas crescerem em número a cada dia, estimulando um outro olhar sobre as práticas econômicas no contexto da cidade, é importante ressaltar que as trocas de produtos e serviços constituem uma prática comum e já bastante antiga nas aldeias portuguesas, integrando um universo bastante diversificado de formas de cooperação no mundo rural. Neste conjunto de formas de cooperação, destacam-se, por exemplo, as práticas de reciprocidade na agricultura (nas vindimas, colheitas e atividades de pastoreio) e as mutualidades<sup>20</sup> de gado, para citarmos uma das muitas formas associativas mediante as quais os camponeses “suportam solidariamente os prejuízos resultantes da morte ou acidente de gado” (Henriques, 1986, p. 101). Bastante fundamentada no interconhecimento (Henriques, 1986), a mutualidade de gado é um bom exemplo de como as pessoas se articulam na aldeia de modo a

constituírem princípios próprios de organização econômica para fazer face às dificuldades vividas pelos membros da comunidade. A este respeito, refere Maria Adosinda Henriques (1986, p. 102):

*Muitas destas formas são expressão fiel de uma economia camponesa que sabia encontrar meios importantes para dar resposta a algumas das suas necessidades centrais. Não admira, por isso, que em sociedades muito aut centradas, onde as ações externas não podiam oferecer grandes respostas, as solidariedades se manifestassem como que “naturalmente”, quer na organização do trabalho, quer em funções-chave para o funcionamento de suas economias. O crédito e o seguro são duas dessas funções [...].*

As práticas de reciprocidade na economia camponesa e a presença de formas diretas de troca entre os aldeões parecem ter constituído um terreno cultural propício para o surgimento das feiras solidárias de troca. A ideia de um circuito de redistribuição interna dos excedentes disponíveis e de complementação da economia familiar a partir da produção e dos excedentes dos vizinhos chega, enfim, às cidades (não se limitando às mesmas, uma vez que os circuitos de troca com recurso à moeda social em Portugal podem ser encontrados, também, em iniciativas econômicas da zona periurbana).

Embora o mundo rural português tenha conhecido e utilizado moedas-mercadoria (sal, gado, vinho, para citar algumas), significando que um produto serviu de mediação para as trocas, o conceito de moeda social em si parece constituir certa novidade na forma de se realizarem as trocas no território. Nos diversos países em que se encontra, a experiência da moeda social tem se difundido seja como exercício crítico de reflexão e prática educativa nos espaços de formação – uma utilização bastante típica no caso português –, seja como proposta de articulação dos cida-

<sup>19</sup> No Brasil, estes circuitos de troca são usualmente chamados, no contexto da Economia Solidária, de clubes ou feiras de troca. Em Portugal, os termos geralmente utilizados são “mercados solidários de troca” ou, simplesmente, feiras de troca, ficando de fora da nomenclatura portuguesa o termo adotado pela Argentina e pelo Brasil de “clube de trocas”. Embora, em termos teóricos, os clubes possam sugerir circuitos de troca fechados e os mercados solidários ou feiras de troca, espaços sempre abertos à participação externa, o campo não confirma esta diferença. Ambas as denominações não seguem necessariamente este padrão, verificando-se a participação frequente de novos membros e visitantes nos chamados “clubes de troca” do Brasil, bem como a constituição de mercados solidários ou feiras de trocas a partir de grupos menores que começam a se reunir privadamente seja para pensar uma forma diferente de consumo, seja para movimentar a economia de proximidade.

<sup>20</sup> As mútuas, segundo Henriques (1986, p. 103), já existiam na Idade Média, “embora a sua primeira expansão pareça ter-se dado a partir da segunda metade do século XVIII”. Relativamente ao sentido, parece ser consenso “que o mutualismo surge numa base local, na procura duma resposta próxima a muitas das dificuldades da vida agrícola” (Henriques, 1986, p. 104). Para saber mais sobre as mútuas, ver também Costa (1944).

dãos para enfrentar a pobreza e o desemprego estruturais. Quer pela atuação das entidades de solidariedade social, quer pelas redes sociais informais de entreatajuda, o fenómeno dos mercados solidários de troca com recurso à moeda social aparece também, e não só, como uma resposta ao empobrecimento das famílias e das comunidades. As redes sociais informais aqui evocadas referem-se aos grupos sociais constituídos em torno da chamada sociedade-providência, caracterizada pelos laços sociais instituídos em bases de redes de proximidade, cuja ação corresponde às atividades de entreatajuda e reciprocidade (Sousa Santos, 2012; Hespanha *et al.*, 2013). Também tem se tornado frequente, em muitas iniciativas portuguesas de troca, a reflexão sobre questões cotidianas, como os impactos dos padrões e práticas de consumo.

No contexto português, o uso da moeda social está relacionado especificamente aos mercados solidários, não havendo ainda nenhuma experiência de bancos comunitários<sup>21</sup> ou de plataformas colaborativas no âmbito cultural, como já ocorre no Brasil. Também vale a pena ressaltarmos, aqui, a tendência de uso da moeda social em mercados de trocas para crianças, situação ainda pouco comum no Brasil e em outros países. Esta adesão e disseminação da moeda social nas experiências voltadas para as crianças têm a ver com o próprio sentido pedagógico-complementar de que estes mercados muitas vezes se revestem, fazendo referência a uma necessária mudança de paradigma relativamente às práticas de consumo infantil. Embora haja quem tenha receio de adotar a moeda por acreditar que ela pode mercantilizar a troca de objetos entre crianças (brinquedos, jogos, figurinhas autocolantes, filmes etc.), o fato é que o objetivo é exatamente o contrário; ou seja, busca-se promover o desapego das crianças e dos jovens em relação aos brinquedos e bens diversos consumidos (roupas, acessórios, dispositivos tecnológicos etc.), desatrelando o sentido de divertimento da ideia de acumulação de objetos sempre novos em folha. Busca-

se, indiretamente, também, promover uma reflexão acerca das representações sociais dominantes de beleza, justiça, proporção, performance e satisfação.

Uma outra característica interessante relativamente às moedas sociais para crianças em Portugal é que elas têm questionado a própria noção de paridade com a moeda nacional (o euro), estabelecendo novas formas de valoração, mais atreladas ao valor afetivo e simbólico daquilo que é disponibilizado do que ao valor de troca e ao preço consolidados a partir da indústria de brinquedos (Santos, 2012a). Se, no Brasil, há iniciativas que estabelecem paridade com elementos comuns do cotidiano das pessoas – uma dúzia de ovos, um certo número de garrafas PET, o valor da hora de trabalho –, no caso da experiência do Mercado de Trocas para Crianças da Casa da Esquina, em Coimbra (e de outras iniciativas que seguem seu modelo), a equivalência entre a moeda social e o euro é propositadamente desfeita. Considerando que os jardins, moeda adotada, têm a função de desprogramar a percepção de crianças e pais acerca do “valor” capitalista das coisas, o grupo promotor da iniciativa decidiu pela não-equivalência direta entre euro e jardim, fomentando um exercício diferenciado de imaginar quantos jardins cada brinquedo/jogo/boneca vale, sem poder atrelá-lo ao euro (cada criança recebe apenas 10 jardins por ocasião do primeiro mercado de que participa)<sup>22</sup>.

Já nos mercados solidários portugueses voltados ao público adulto, o estímulo a uma maior consciência do coletivo acerca da questão do consumo aparece com relativa frequência. São exemplos notáveis: a Feira de Trocas do Mercado Municipal da Quinta do Anjo, promovida pelo Movimento Ecos, em Setúbal; a Feira de Trocas de Lagos, promovida pelo Grupo Trocatudo, no Algarve, e o Mercado de Trocas da Assembleia Popular da Graça, em Lisboa, para citar alguns. Todos preocupados em trazer à tona discussões importantes no contexto europeu: a soberania alimentar, o direito às sementes, a percepção dos impactos

<sup>21</sup> Uma das características da moeda social em bancos comunitários é o seu uso alargado para uma comunidade mais extensa (por exemplo, um bairro inteiro). Neste caso, não são só os adeptos de uma feira de trocas que utilizam a moeda. Estimula-se que todo o comércio local (de um bairro, uma vila, um conselho) aceite a moeda social como forma alternativa de pagamento, paralelamente à moeda corrente. O objetivo desta medida é reforçar a economia local, reduzindo as compras fora da comunidade e a evasão dos recursos.

<sup>22</sup> Para saber mais sobre esta experiência, veja-se Santos (2012a). Há, também, informações adicionais nos seguintes links: <http://monoculturadoconsumo.blogspot.pt/2013/10/mercado-de-trocas-para-criancas-em.html> e <http://monoculturadoconsumo.blogspot.pt/2011/10/brincadeira-boa-nao-precisa-de.html>

ambientais, os bens comuns (*commons*) e a mudança de atitude nos hábitos de consumo<sup>23</sup>.

### *Levantamento e identificação das iniciativas*

Com base num levantamento exploratório, utilizando como recurso pesquisa documental e levantamento de informações a partir de conversas informais e entrevistas junto a atores sociais em Portugal<sup>24</sup>, identificamos um número de 50 iniciativas de troca – uma boa parte delas optando pelas trocas diretas. Encontramos, basicamente, duas categorias: mercados de trocas para adultos e mercados de trocas para crianças (Machado, 2013; Garcia, 2012)<sup>25</sup>. Do total de experiências de troca em Portugal hoje ativas (sem contabilizar aqui as feiras próprias do Projeto Believe<sup>26</sup>), 21 são dirigidas às crianças (com ou sem moeda social) e outras 29, aos adultos. Deste total, somente 19 experiências utilizam moeda social. A distribuição das moedas sociais nestas 19 iniciativas de trocas solidárias é a seguinte: 5 moedas são utilizadas em 6 mercados de troca infantis e 13 moedas são adotadas nas feiras de trocas

para adultos – 8 das quais virtuais, como mostra o Quadro 1.

Nem todas as iniciativas são mantidas com regularidade – umas porque foram criadas com o intuito de atenderem a uma ou outra oficina; outras, porque foram descontinuadas. Segundo Machado (2013), existem, hoje, as seguintes iniciativas de trocas para crianças com recurso à moeda social<sup>27</sup>: Mercado de Trocas para Crianças, com a moeda *jardim* (Coimbra); Mercado de Trocas entre Crianças, Jovens e Adultos de Águeda, com a moeda *rio* (Águeda); Estrela Solidária – Mercado de Trocas para Crianças, com a moeda *estrela* (Póvoa da Lomba – Cantanhede); Mercado de Trocas para Crianças de Ançã, com a moeda social *estrela* (a mesma utilizada em Cantanhede); Mercado de Trocas de Brinquedos, com a moeda *brinca* (Alverca – Ribatejo) e Mercadinho de Trocas & Gaivotas, com a moeda *gaivota* (Aveiro). Consideramos, assim, que temos hoje, ativas, 5 moedas sociais solidárias para crianças (a moeda estrela aparecendo tanto no Mercado de Trocas de Póvoa da Lomba como no Mercado de Trocas de Ançã)<sup>28</sup>.

<sup>23</sup> Embora não tenha ainda um mercado solidário presencial (apesar de utilizar uma moeda social eletrónica – os ecosóis), o Grupo Ecosol-Porto (como coletivo ou através de seus membros) tem promovido iniciativas de Economia Solidária bastante interessantes: de conversas sobre temáticas como consumo crítico e moedas sociais à organização de ciclo de documentários sobre Economia Solidária; de escolinha autogerida a oficinas voltadas para a descoberta de saberes e fazeres em comunidade. Uma das iniciativas que merece destaque é o conjunto de Oficinas T(R)ocas e Transformas, na comunidade do Lagarteiro (Porto), coordenada por uma das integrantes do grupo. Destas oficinas surgiu uma feira livre. No final de cada ciclo, é realizada uma feira livre onde os participantes das oficinas podem apresentar e vender (a dinheiro) os produtos produzidos nas oficinas e partilhar os saberes adquiridos com a comunidade local e demais artesãos presentes na feira. O dinheiro arrecadado é depois partilhado de forma equitativa pelos participantes das oficinas. Além desta feira livre, há ainda a Feira de Trocas do Lagarteiro, que funciona a partir de trocas diretas. Sobre a oficina e o Projeto Lagarteiro e o Mundo, vejam-se os links: <http://www.youtube.com/watch?v=O0cprRQqvio&feature=youtu.be>, <http://www.youtube.com/watch?v=aZT1rl5KXRU> e <http://www.youtube.com/watch?v=5devwbwrVnY>.

<sup>24</sup> As informações quantitativas que aqui são apresentadas contaram com a grande contribuição dos pesquisadores Armando Garcia (responsável pela catalogação das moedas sociais em Portugal e no Brasil) e Samuel Machado (que investiga a moeda social em mercados de troca para crianças). Para a compilação destes dados, foram realizadas entrevistas com ambos. Estes números constituem apenas um levantamento preliminar, dado que algumas novas experiências podem ter surgido ou sido descontinuadas.

<sup>25</sup> Samuel Machado colaborou no desenvolvimento do mercado de troca e mercearia solidária da Granja do Ulmeiro. Atualmente está a gerir a iniciativa do mercado de trocas para crianças de Cantanhede (Portugal). Além da sua experiência prática e de mobilização local, Samuel Machado é investigador no tema dos mercados de trocas para crianças em Portugal.

<sup>26</sup> O projeto Believe: Viver à troca, é uma iniciativa que surgiu como um projeto pessoal de Andresa Salgueiro, em 2011. Sua proposta era viver durante 1 ano, 11 dias e 1 minuto com 1.111,00€ apenas trocando serviços, produtos e bens com outras pessoas e empresas. O projeto, que terminou em 2012, teve boa recepção no país e tornou-se um projeto permanente a nível nacional. Uma das atividades realizadas pelo agora movimento Believe são feiras de trocas mensais. Outra iniciativa que merece destaque é a Casa de Trocas de Torres Vedras; neste espaço, pretende-se que várias atividades culturais, bem como alojamento e refeições, estejam disponíveis para troca, sem o uso do dinheiro. Para saber mais, veja-se <http://vivoatroca.blogspot.pt/2013/07/lancamento-casa-de-trocas-torres-vedras.html>. Outras informações em <http://vivoatroca.blogspot.pt/>

<sup>27</sup> Duas novas feiras de troca com moeda social estão em desenvolvimento e com previsão para acontecerem em breve: na Lousã (moeda *lousa*) e em S. João da Madeira. Esta informação foi obtida a partir de entrevista com Samuel Machado realizada no dia 10/11/2013.

<sup>28</sup> Samuel Machado (2013) também menciona, entre as moedas ativas em mercados solidários para crianças, a moeda *giro* (Lisboa). Optamos por não considerá-la como moeda social solidária por duas razões: pelo envolvimento direto de empresas na iniciativa e por priorizarmos, neste trabalho, as iniciativas em que são predominantes os princípios da economia solidária.

**Quadro 1.** Levantamento preliminar do número de iniciativas de troca e uso de moeda social em Portugal.

**Chart 1.** Preliminary survey regarding the number of exchange initiatives and the usage of social currencies in Portugal.

Iniciativas	Número de mercados solidários		Total
	Crianças	Adultos	
Iniciativas com moedas sociais em suporte físico	6*	5	11
Iniciativas com moedas sociais virtuais	0	8	8
Iniciativas com trocas diretas	15	16	31
Total das iniciativas de trocas solidárias	21	29	50

Notas: (\*) Duas feiras compartilham a moeda social *estrela*.

Relativamente aos adultos, existem hoje 13 experiências ativas com recurso à moeda social, sendo 5 com moeda social em suporte físico<sup>29</sup> e outras 8 em suporte virtual. Possuem moedas físicas as seguintes iniciativas de trocas para adultos em Portugal: o Mercado de Trocas do Vale de Figueira, com a moeda *campino* (Santarém); o Mercado de Trocas de Samuel, com a moeda *diabitas* (Soure); a Feira Franca de Montemor-o-Novo, com a moeda *mor* (Montemor-o-Novo) e o Troca a Tod@s, com a moeda *tear* (Covilhã). Uma outra moeda em suporte físico que ainda existe, mas que já não está atrelada a uma feira de trocas, é a moeda *feijão*, que continua a ser utilizada pela Casa da Horta, no Porto. As pessoas levam o que produzem à Casa da Horta (legumes, verduras, chá) e recebem feijões, podendo, depois, usar estas moedas

no restaurante vegetariano da Casa da Horta (<http://casadahorta.pegada.net/entrada/>).

Para um entendimento mais detalhado acerca das moedas sociais portuguesas (em suporte físico), veja-se o Quadro 2 elaborado por Garcia (2012)<sup>30</sup>.

Estão entre as moedas virtuais (Garcia, 2012): *valongo's* (Valongo do Vouga); *trok* (Lisboa); *anjo* (Lisboa); *estrela*<sup>31</sup> (Região das Beiras/Benfeita, no conselho de Tábua), *tempo* (Lisboa, de uso irregular), *ecos* (Palmela – Setúbal), *ecosol* (Porto) e *eco* (Lagos – Algarve).

Em relação às três últimas iniciativas, consideramos relevante ressaltar tanto sua preocupação na problematização do consumo como sua proximidade com os princípios da Economia Solidária. A Feira de Trocas do Mercado Municipal da Quinta do Anjo (Palmela –

<sup>29</sup> A identificação de todas as moedas sociais em curso, neste momento, em Portugal, não seria possível sem os esclarecimentos de Armando Garcia, em entrevista concedida no dia 11/11/2013.

<sup>30</sup> No gráfico apresentado por Garcia (2012) aparecem outras experiências no âmbito das trocas, a saber: a do Club do Brinquedo com a moeda canguru (Lisboa) e a do evento de trocas promovido pelo Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel, com a moeda coroa. Há, ainda, a moeda mayor, utilizada no projeto Campo Maior Solidário. Garcia (2012) refere também a moeda giro no seu estudo. Optamos por não incorporar estas quatro iniciativas na relação de moedas solidárias ativas. A moeda canguru não foi incluída entre as moedas sociais por estar atrelada a uma iniciativa comercial de aluguer online de brinquedos e equipamento para festas de aniversário infantil. Relativamente à moeda social coroa, não a contabilizamos porque estão sendo abordadas, neste estudo, apenas as moedas sociais ativas – ou seja, aquelas que permanecem no tempo e que derivam de iniciativas com proposta de continuidade. Com relação à moeda giro, a mesma não foi enquadrada como moeda social solidária pelas mesmas razões já apresentadas para a moeda canguru. Quanto à moeda mayor, parece-nos que ela se enquadra mais como experiência de economia social (envolvendo a Câmara Municipal de Campo Maior e outras instituições locais) e como projeto de responsabilidade social (envolvendo empresas como a Delta e fundações como a EDP). Pessoas em situação de vulnerabilidade sócioeconômica podem trabalhar como voluntárias nas iniciativas do Projeto Campo Maior Solidário recebendo “mayores” em troca; com estas moedas, adquirem o que precisam na loja e na lavanderia social. A moeda mayor é também atribuída aos beneficiários do cartão verde do idoso. Para saber mais sobre esta moeda complementar, consulte os seguintes links: <http://youtu.be/eJN1Inp1ec>, [http://www.radioelvas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9618:campo-maior-entrega-de-qmaioresq-aos-beneficiarios-do-cartao-verde-do-idoso&catid=1:regional&Itemid=25](http://www.radioelvas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=9618:campo-maior-entrega-de-qmaioresq-aos-beneficiarios-do-cartao-verde-do-idoso&catid=1:regional&Itemid=25) e [http://issuu.com/fundacao-edp/docs/campo\\_maior](http://issuu.com/fundacao-edp/docs/campo_maior).

<sup>31</sup> Não confundir com a moeda social *estrela*, em suporte físico, utilizada em Póvoa da Lomba e em Ançã.

**Quadro 2.** As moedas sociais de Portugal em suporte físico: 2006-2013.

**Chart 2.** Social currencies printed on paper in Portugal.

Até final de 2013	Granja	Solidário	Justa	Torga	Sorriso	Sol	Campino	Esito	Diabitas	Saurius	Beijinho	Crialito	Morango	Swap	Feijão	ESECO	Pomba	Pombalino	Aleixo	Morteiro	Jardim	Troca	Giro	Rio	Mayor	Virtas	Estrela	Coroa	Canguru	Gaivota	Brinca	Mor	Total
2006	1	1																															2
2007	1	1	1																														3
2008	1		1	1	1	1	1	1	1	1																							9
2009	1						1	1	1	1	1	1	1	1																			9
2010	1						1								1	1																	4
2011	1						1		1								1	1	1	1	1	1											9
2012							1		1									1				1	1	1	1								8
2013							1														1		1	1	1		1	1	1	1	1	1	11

Fonte: Garcia (2012). Quadro atualizado em 31/12/2013 de moedas sociais em Portugal.

Setúbal), que utiliza a moeda virtual *ecos*, tem buscado pontuar o circuito alternativo de trocas com uma reflexão permanente acerca das práticas de consumo. O Trocatudo, através da recente Rede Troca Comum em Lagos (RTCL) e da sua moeda complementar *eco*, tem buscado consolidar um espaço de reflexão e mudança, partindo do diálogo com temas como a agroecologia. Uma das atividades paralelas às trocas durante a feira é a oficina de mini-hortinhas, voltada para crianças.

O grupo Ecosol-Porto, por sua vez, tem utilizado uma plataforma eletrônica e uma moeda virtual – os *ecosóis* – para troca de produtos entre seus integrantes. Este grupo tem incentivado fortemente a Economia Solidária no Porto através de conversas temáticas, ciclos de documentários e outros projetos que estimula ou abriga. É interessante observar que os seus diversos membros estiveram ligados a três antigos circuitos de trocas: a da Feira das Virtudes (moeda virtuais), o sistema Trocal do Porto (moeda trocal) e a Feira de Trocas de S. Nicolau (moeda feijão).

### Caracterização das iniciativas

As primeiras iniciativas portuguesas de moeda social em suporte físico surgiram em

2006 como formas inovadoras de dinamização das economias locais, valorizando os saberes e fazeres das comunidades. Foram elas a moeda social *granja*, na Granja do Ulmeiro (concelho de Soure, no Distrito de Coimbra), e a moeda social *solidário*, em São Brás do Alportel (concelho de São Brás do Alportel, no Distrito de Faro). A moeda *granja* envolveu, primeiramente, a implementação de um mercado solidário periódico (bimensal) com base nas necessidades da comunidade. Neste mercado, organizado pela AJPaz a partir do projeto AGITO (Ações Grupais de Intervenção Territorial e Ocupacional), diferentes produtos circulavam no grupo: peças de artesanato, roupas, tecidos e produtos alimentares diversos (hortaliças e legumes). É relevante acrescentar que o mercado da Granja do Ulmeiro inovou na experiência que propôs, em Portugal, pela realização de assembleias comunitárias antes das feiras. Mais tarde, as granjas foram utilizadas, também, na mercearia solidária *Pirilampa*, criada em 2011 e destinada à comercialização permanente de produtos e serviços. Desde a sua adoção, as granjas impulsionaram o surgimento de outras iniciativas semelhantes, potencializando o desenvolvimento local territorial a partir da dimensão econômica.

A moeda solidário, por sua vez, surge no contexto do projeto EQUAL<sup>32</sup>, liderado pela

<sup>32</sup> O projeto de animação comunitária ocorreu entre 2004 e 2007, período em que o mercado de trocas ocorreu em S. Brás do Alportel. Não sabemos, entretanto, a sua precisa duração. Para mais informações sobre a moeda solidário e o mercado de trocas de S. Brás do Alportel, veja-se Soares (2011).

Associação In Loco, como uma proposta voltada para “combater o enfraquecimento dos laços sociais, a erosão da identidade cultural e o alheamento crescente das pessoas relativamente à vida em comum” (Soares, 2011, p. 143). O mercado de trocas em que esta moeda circulou, em São Brás do Alportel, à semelhança do mercado da Granja do Ulmeiro, também contou com significativa diversidade de produtos alimentares. Este mercado contribuiu, também, para a mobilização e valorização dos saberes comunitários em S. Brás do Alportel a partir da dinamização de serviços entre os integrantes do mercado – “do aconselhamento dentário à massagem com pedras aquecidas, da realização de penteados ao contar de histórias” (Soares, 2011, p. 144). Os preços dos produtos e serviços em moeda social tinham como parâmetro um bem de primeira necessidade – o pão –, sendo-lhe atribuído o valor de 1 solidário. Neste circuito de trocas, já se verifica a tentativa de afastamento em relação à moeda oficial – o euro – como medida de valorização (Soares, 2011).

Nos últimos tempos, outros mercados solidários e moedas sociais têm ganho espaço. É o caso da moeda mor<sup>33</sup>, gerida pela Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo. Trata-se de uma moeda social que busca renovar o espírito de partilha, entreajuda e autossuficiência comunitária através da possibilidade de trocas de bens e serviços. O mor é utilizado na realização da Festa Franca de Montemor-o-Novo, onde as pessoas podem disponibilizar (e adquirir) produtos e serviços. A festa reúne, no mesmo circuito, produtores e consumidores que utilizam o mor como meio de troca. Outro aspecto relevante presente na proposta da moeda mor é o incentivo à troca de alimentos de produção local (incluindo os animais criados pelas pessoas) como fortalecimento da sobera-

nia alimentar. Esta ênfase nos alimentos (não necessariamente da produção local) é, de certo modo, uma prática bastante comum nas iniciativas do Brasil, embora, sendo experiências notadamente urbanas, tais alimentos surjam nas feiras de troca de uma forma, por vezes, bastante distinta daquela vista em Portugal<sup>34</sup>. A experiência de troca de alimentos em Montemor-o-Novo pode ser vista, também, como uma oportunidade de reviver – agora com uma outra roupagem e com preocupações adicionais – as antigas feiras nas aldeias e vilas, a partir das quais a comunidade comercializava seus excedentes (cereais, vinho, produtos da horta), partilhava seus saberes (como sapateiros, marceneiros e ferreiros) e disponibilizava para venda seus animais (porcos, galinhas, mulas, bois).

A Festa Franca de Montemor-o-Novo também estimula a troca de roupas e objetos usados como mecanismo de conscientização sobre a importância da reutilização. Relativamente à moeda social utilizada, a Rede de Cidadania estabeleceu que, como forma de incentivo ao seu uso, cada mor trocado por euro ao final da feira deverá perder 1% de seu valor real. Com esta medida, desestimula-se a reconversão para a moeda oficial<sup>35</sup> e se incentivam a circulação e o consumo interno dos produtos locais. Ao fim, o que se pretende é gerar riqueza na própria comunidade e criar mecanismos para que esta riqueza seja fortalecida e mantida no território local<sup>36</sup>.

No que respeita às trocas com moeda social, Portugal destaca-se, ainda, pela expansão e disseminação dos mercados de trocas para crianças. O Mercado de Trocas para Crianças de Coimbra (MTC), anteriormente mencionado, tornou-se referência por se centrar, sobretudo, em revigorar valores solidários no âmbito do consumo na infância. Neste sentido,

<sup>33</sup> Para mais informações sobre a Festa Franca de Montemor-o-Novo, consultar os seguintes links: [http://cidadepreocupada.oficinasdoconvento.com/?page\\_id=4143](http://cidadepreocupada.oficinasdoconvento.com/?page_id=4143) e <http://montemor-o-novo.blogspot.pt/2013/06/festa-franca-296-montemor-o-novo.html>

<sup>34</sup> A questão dos alimentos é bastante central nos clubes e feiras de trocas no Brasil (consideradas, aqui, apenas as experiências atreladas à Economia Solidária). A relevância da moeda social se faz notar, talvez, com mais vigor nestas iniciativas exatamente porque, entre outras possibilidades, ela permite aos participantes a aquisição de alimentos básicos (arroz, feijão, macarrão, café etc.) com seus próprios recursos e não por doação direta. Embora os alimentos integrem também as trocas entre os participantes (há quem leve hortaliças frescas do seu quintal ou alimentos preparados, como bolos e outras comidas), gêneros alimentícios da cesta básica costumam ser angariados pelo grupo que anima a iniciativa e, depois, disponibilizados para aquisição com moeda social. Há outras iniciativas que trabalham os alimentos de outro modo, como é o caso da Rede Pinhão (que articula vários clubes de troca em Curitiba a partir do Cefuria): nesta experiência solidária, os alimentos recebidos pelos participantes através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo Federal) possibilitam o exercício do diálogo, da autogestão e da democracia participativa nos clubes de troca. As pessoas decidem coletivamente sobre como (re)distribuirão os alimentos entre elas, tendo em vista características específicas destes coletivos: quem tem mais filhos, quem está amamentando etc.

<sup>35</sup> No Brasil, a reconversão não é permitida no âmbito dos clubes e feiras de troca solidária.

<sup>36</sup> Rede de Cidadania de Montemor-o-novo: <http://redemontemor.blogspot.pt/> (acesso em: 03/12/2013).

dois aspectos merecem ser mencionados aqui relativamente a esta experiência em particular: a problematização em relação à lógica de consumo que se insere no universo infanto-juvenil e a busca de um outro sentido económico à noção de valor de troca, baseada na relação estabelecida (ou já enfraquecida) com os brinquedos dispostos para a permuta. É relevante enfatizar ainda que a moeda *jardim* não possui uma equivalência direta com o euro e, portanto, não pretende associar um valor monetário aos brinquedos. Isto possibilita que as crianças se baseiem em aspectos subjetivos e nos próprios afetos face às trocas realizadas. A intenção não é afastar a criança do mundo em que o dinheiro constitui medida de valor – já que ela terá que conviver com ele ao longo de sua vida –, mas mostrar a ela que outros critérios de valoração podem igualmente existir.

Relativamente ao primeiro aspecto, o de problematização do consumo, o Mercado de Trocas das Crianças buscou organizar, além das feiras, oficinas pedagógicas. Estas oficinas foram planeadas com o objetivo de abordar três vertentes principais. São elas:

- (i) a relação com o novo, através da oficina *“Brincadeira boa não precisa de brinquedo novo”*, em que novos brinquedos eram criados a partir de coisas descartadas. Uma das ideias centrais desta oficina era mostrar que a construção de novos brinquedos pode constituir, em si, uma forma de brincar;
- (ii) a ideia de posse, através da oficina *“Brinquedo parado não diverte”*. Esta oficina trabalhava, principalmente, a ideia de a criança pôr em circulação aquilo que já não desejava. Trabalhava, também, a construção de brinquedos coletivos, de modo a mostrar que a diversão pode estar na partilha;
- (iii) a ideia da solidariedade, vista aqui não como doação de brinquedos para quem não os tem, mas como redistribuição das condições de acesso aos bens e brinquedos disponibilizados no mercado. Esta oficina, chamada *“Dividir*

*pode ser multiplicar: por que os brinquedos devem voltar ao circuito das trocas”*, não chegou a ser realizada, mas tinha a função de levar a reflexão acerca das trocas entre crianças a um outro patamar<sup>37</sup>.

Apesar do caráter bastante inovador da experiência em termos pedagógicos, a ponto de a mesma dar origem a outras 11 experiências implementadas no país (Machado, 2012), observa-se que muitas das ideias inicialmente consideradas (como, por exemplo, a constituição de uma assembleia mirim ao fim dos mercados para decisões sobre os rumos dos mesmos) não chegaram à implementação. Um dos pontos frágeis desta iniciativa é que ainda não lhe foi possível superar a perspectiva de ser um mercado “para” crianças e não “com” ou “a partir” das crianças, trazendo os princípios da autogestão já para o universo infantil. Este passo exige um trabalho mais constante com as crianças que frequentam os mercados solidários bem como com as mães e os pais, no sentido de envolver a todos em uma outra lógica de construção de sentido.

De um modo geral, a multiplicidade de formas de mobilização das moedas e de atores envolvidos nos processos de constituição das mesmas, como podemos verificar nas experiências acima mencionadas, tem marcado a trajetória das moedas sociais em Portugal. Ainda assim, por ser sua expansão um fenômeno recente, são ainda poucos os trabalhos que analisam tais experiências. Na seção a seguir, buscamos problematizar algumas questões relativamente a esta expansão, mais acentuada nos últimos anos.

### **Considerações finais: podem as moedas sociais em Portugal constituir uma perspectiva contra-hegemônica?**

De modo geral, os mercados e moedas sociais em Portugal integram o campo mais amplo que é o da Economia Solidária. E este tem vindo, ao longo dos últimos anos, a ganhar visibilidade e expandir-se no país. Esta tendência pode ser

<sup>37</sup> Uma quarta oficina chegou também a ser pensada, não chegando a concretizar-se. “As coisas valem pelo que elas significam para nós” foi uma oficina pensada para problematizar especificamente a questão do valor, levantando a seguinte pergunta: se algo já não nos serve, deve ter o mesmo valor? A impossibilidade inicial, por questões logísticas e operacionais, de fazer coexistirem atividades lúdico-pedagógicas e o próprio mercado fez com que as oficinas em escolas se tornassem uma alternativa a considerar. Infelizmente, apenas três oficinas foram realizadas – duas em uma escola de Coimbra e outra na própria Casa da Esquina. A condução dos trabalhos foi de responsabilidade de duas estagiárias do curso de animação sociocultural da ESEC.

observada em várias situações: nas diferentes formas de Economia Solidária que se manifestam nas comunidades; nas investigações científicas levadas a cabo nas universidades e centros de estudos; na realização de diversas iniciativas públicas para discussão do tema<sup>38</sup>.

Apesar destes sinais, a Economia Solidária em Portugal ainda é uma realidade em construção, sobretudo pela necessidade de estabilidade e definição do seu campo. Neste sentido, não seria prematuro dizer que seus contornos ainda estão por ser definidos, estando eles ainda muito misturados, no imaginário social português, com a Economia Social. Há tanto uma hibridez entre as semânticas que designam as práticas solidárias como uma concorrência entre variadas expressões, como economia social, terceiro setor e empreendedorismo social, que acabam por serem utilizadas como definição de práticas de economia solidária (Hespanha, 2009; Namorado, 2009).

Cabe ponderar que esta fricção de contornos conceituais não tem necessariamente um caráter positivo, servindo, muitas vezes, para invisibilizar características muito próprias da Economia Solidária, bem como um conjunto de iniciativas econômicas (muitas das quais informais) que não se encaixam nas definições acima citadas. Acrescentem-se a este quadro outros fatores, como o número ainda tímido de trabalhos acadêmicos, a falta de instâncias organizadas como fóruns, setores governamentais ou movimentos sociais que promovam e apoiem a Economia Solidária em Portugal. É nesta complexidade que se situam os mercados de trocas e moedas sociais.

Mesmo diante deste cenário, a Economia Solidária se multiplica em uma diversidade de experiências, algumas das quais difíceis de enquadrar nas categorias usuais. Assim, dissemina-se e consolida-se, em Portugal, uma série de iniciativas: os grupos e cooperativas de consumo, as redes colaborativas de produção local<sup>39</sup>, as hortas urbanas e jardins comestíveis, os circuitos de troca, as lojas de comércio justo, as mutualidades informais, os bancos de tempo, os terrenos comunitários e baldios, as articulações entre produtores locais e consumidores e as infraestruturas comunitárias (fornos, poços e eiras comunitárias), para citar

algumas. Junto a elas, o cooperativismo se fortalece, embora seja importante enfatizar que nem toda cooperativa portuguesa poderá ser considerada solidária.

Neste contexto, os circuitos de troca em Portugal continental possuem características e metodologias muito diversas. Algumas experiências de trocas utilizam moeda social, outras preferem formas de troca direta. Existem experiências configuradas em espaços de tempo predeterminados, que nascem apenas como uma iniciativa de caráter educativo, sem o objetivo de se prolongarem no tempo. Há aquelas que, por outro lado, nascem com o intuito de se estabelecer no longo prazo, mas acabam por atuar de forma transitória. E há, ainda, as que se mantêm no tempo, servindo de exemplo para outras iniciativas.

Tanto os mercados solidários quanto as moedas sociais que os animam são instrumentos que ultrapassam suas respectivas condições de “espaço de troca” e “meio de troca”, para consolidarem-se enquanto possibilidade de reordenação da economia, agora de modo integrado às outras esferas da vida (Soares, 2009). A pluralidade de significados atribuídos às moedas sociais e aos mercados aponta nessa direção. Do ponto de vista econômico, os circuitos de troca trazem para o debate público a noção de utilidade social nas atividades econômicas, revigoram a dimensão do interesse coletivo e do consumo solidário e reproduzem os princípios da participação política pela democracia participativa. Na interação destas potencialidades, emerge o sentido emancipatório dos mercados solidários.

Apesar das redes solidárias de troca se disseminarem num contexto de instabilidade econômica e de crise, tudo indica que há potencial para sustentação das experiências no longo prazo. Esta condição deve-se ao fato de que estas redes assumem um compromisso com a concretização de outros modos de produzir e reproduzir a vida, com outras lógicas de construção da identidade e pertença nos circuitos econômicos estabelecidos e com novas sociabilidades baseadas na confiança e nos laços comunitários que revigoram as ações coletivas no âmbito local.

Embora muitos mercados solidários de troca com moeda social estejam a ganhar corpo

<sup>38</sup> O grupo Ecosol – CES organizou seminários, rodas de diálogos, colóquios, dentre eles, o Colóquio Internacional de Economia Solidária – Sementes de Futuro, realizado em 2011; e o Encontro Internacional de Finanças e Incubação Social e Solidária, realizado em 2013.

<sup>39</sup> Ver em: <http://www.casadosal.pt/2012/11/rede-colaborativa-de-producao-local-no.html> e [http://www.casadosal.pt/2011/11/o-que-sao-as-redes-colaborativas-de\\_26.html](http://www.casadosal.pt/2011/11/o-que-sao-as-redes-colaborativas-de_26.html)



no contexto português, é importante ressaltar que o caráter contra-hegemônico destas iniciativas dependerá de uma série de prerrogativas que ou já sustentem as experiências de início ou se consolidem à medida que elas se firmam na comunidade local. A primeira delas é a de não reduzir o conceito de emancipação à ideia de desenvolvimento econômico (independentemente de qual seja perspectiva de desenvolvimento adotada). A emancipação social implica, antes, a possibilidade de ultrapassar a racionalidade moderno-ocidental (Sousa Santos, 2007) que estabelece uma matriz dominante e pouco flexível de valores e que inviabiliza experiências comunitárias não-escalares, comprometidas com outras lógicas de organização econômica (onde a noção de desenvolvimento pode sequer fazer sentido). A emancipação socioeconômica requer o desarme das formas naturalizadas de produção de ausência (Sousa Santos, 2007); em outras palavras, requer abertura para outras lógicas de organização da vida material.

Neste sentido, a segunda prerrogativa para pensarmos as iniciativas de troca como experiências emancipatórias é a recusa ao silenciamento tanto dos saberes que circulam na comunidade, como das formas múltiplas de existir e prover, dos diferentes ritmos e das temporalidades que podem coexistir no tecido social<sup>40</sup>. No caso das experiências portuguesas, parece-nos que muitas das iniciativas têm a potência para um encontro efetivo de diferentes saberes e fazeres, contribuindo para maior articulação comunitária. A tendência, entretanto, ainda gira em torno de duas lógicas distintas e predominantes: ou a criação de oportunidades de comercialização de produtos locais e geração de renda, com animação sociocultural, ou a troca direta de produtos com vistas a uma maior consciência crítica sobre os impactos do consumo. Embora ambas as lógicas sejam relevantes, percebemos que elas não têm, necessariamente, se comunicado ou desembocado numa perspectiva de articulação da comunidade e aquecimento da economia local.

Uma terceira prerrogativa a considerar como fundamental à emancipação é a condição de continuidade das iniciativas. Para que os mercados solidários sejam legitimados pela comunidade, é preciso que as moedas sociais neles adotadas resultem de um processo coletivo de decisão e gestão. Caso procedam de

um conjunto de decisões técnicas tomadas por instituições locais – o que é relativamente comum nas iniciativas portuguesas –, o mais provável é que as iniciativas tenham vida curta, existindo apenas enquanto haja quem as conduza e anime. Portanto, para a necessária continuidade destas redes de troca, devem ser as próprias pessoas a decidir os rumos da experiência. Igualmente importante é que elas reúnam informações sobre o uso da moeda social, de modo a decidirem melhor sobre seu emprego ou não.

O pleno conhecimento das possíveis funções de uma moeda social possibilita que coletivos a utilizem como instrumento político e de pressão popular. Neste sentido, respeitadas as circunstâncias e as razões pelas quais as trocas diretas são ou não priorizadas no contexto português, parece-nos importante problematizar a recusa, vez por outra, da moeda social. Se é verdade que as moedas sociais estão a expandir-se em Portugal Continental, passando de duas em 2006 a dezenove em 2014, também é fato que há rejeição da moeda e, no extremo oposto, a banalização do seu sentido, perdendo substância política e econômica. Verificamos, no terreno, que muitos coletivos portugueses (com particular atenção aos ligados ao movimento de transição) preocupam-se com uma possível mercantilização das feiras de troca diante da moeda social. É comum referirem, aqui, uma escolha pela dádiva, que consideram perder em caso de adoção da moeda. Nestes termos, parece-nos oportuno observar que alguns grupos não demonstram interesse nos mercados solidários como uma ferramenta de fortalecimento da economia local.

De modo geral, podemos afirmar que predomina ainda, em Portugal, certo preconceito e desconhecimento sobre o sentido e aplicação da moeda social. O inverso também se apresenta como possibilidade. Assim, a rápida proliferação de moedas sociais nos mercados de troca portugueses voltados para as crianças – algumas moedas com curtíssima duração – parece sinalizar uma possível desassociação da moeda ao fenômeno econômico que ocorre durante a feira, prevalecendo o lúdico. Entendemos que é preciso investigar melhor estas questões, que, por ora, apresentamos apenas como hipóteses.

A escolha das funções da moeda social, bem como da própria feira ou rede de trocas

<sup>40</sup> Para saber mais sobre as diferentes temporalidades e saberes, ver Sousa Santos (2007).

em uma determinada comunidade, é outro ponto que merece observação. A falta de clareza nos objetivos que guiam a adoção de uma moeda social poderá efetivamente obscurecer sua relevância em um dado contexto. Refletir acerca dos objetivos a que a feira serve – função pedagógica relativa ao consumo, promoção de maior autonomia econômica dos sujeitos, estímulo a maior circulação do que é produzido internamente – deve ser, na verdade, o ponto de partida para a constituição de mercados solidários com moeda social. Identificado com clareza o objetivo que anima a iniciativa, pode-se, então, avançar na ideia de estender a moeda social a todos os habitantes de uma vila ou cidade. Não sem antes identificar se esta extensão pode comprometer as características do território em que a moeda foi instituída (aldeia, vila, cidade).

No caso específico das experiências portuguesas, observamos que muitas iniciativas não têm ainda muita clareza das funções que animam a moeda social adotada. Entendemos, entretanto, que este é um processo. Aos poucos, alguns grupos (como é o caso do Troca a Tod@s da Covilhã, do Ecosol do Porto e do Trocatudo de Lagos, para citar alguns) se dispõem a discutir coletivamente a adoção e o sentido da moeda social, bem como da própria feira, ampliando, assim, as condições de fortalecimento gradual do grupo e seu potencial de articulação política para o debate e o enfrentamento de problemas da comunidade.

Em muitos países, nomeadamente no Brasil, a moeda social já se transformou em política pública de financiamento solidário, ampliando seu alcance e reafirmando seu caráter emancipatório de compromisso com minorias simbólicas e econômicas. No caso de Portugal, de modo geral, podemos dizer que elas surgem: (i) por iniciativa de cidadãos autônomos, organizados em redes ou grupos informais comunitários, integrantes ou não de movimentos sociais nacionais e transnacionais; (ii) por iniciativa de entidades ligadas à economia social, como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)<sup>41</sup>, associações locais de desenvolvimento e ONGs; (iii) por iniciativa

de autarquias, juntas de freguesia e estruturas do poder público local; e (iv) por iniciativa de entidades educacionais, a exemplo das Escolas Superiores de Educação.

O fato destas experiências surgirem por iniciativa de diferentes agentes estimula-nos a refletir sobre as implicações do envolvimento destes atores institucionais – nomeadamente, IPSS e as autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia). O respaldo advindo do poder público local significa, certamente, melhores condições de dinamização e de divulgação da experiência, bem como de apoio e fomento de projetos paralelos que podem ocorrer a partir das feiras de troca e ainda no âmbito da economia de proximidade<sup>42</sup>. Entretanto, a presença e verticalidade deste mesmo poder público pode também desarticular este coletivo na sua condição de espaço de criação de soluções e de deliberação. Ficam as perguntas: haverá liberdade para que a comunidade decida o que considera melhor para si? Podem as autarquias e outros órgãos de desenvolvimento local fomentar redes de troca sem que imponham aos cidadãos, por sua lógica e ritmo, um modelo particular de gestão e decisão? Em que condições as relações de confiança seriam estabelecidas entre cidadãos e poder público?

Para aprofundar estas e outras possíveis indagações, é preciso trazer à superfície o tema das relações de confiança entre os diferentes atores envolvidos nestas práticas de trocas. O fato é que alguns casos de iniciativas que foram descontinuadas em Portugal Continental estão diretamente relacionados com a dependência de organizações locais e a fraca apropriação/participação efetiva por parte da comunidade. Isto mostra que a autonomia dentro dos grupos deve ser progressivamente estimulada, sendo esta autonomia uma das condicionantes para o caráter emancipatório das experiências. Se é importante que o poder público fomente as redes de troca com o intuito de reduzir a evasão de recursos e valorizar a economia de proximidade, é igualmente fundamental que as decisões sobre estes mercados sejam compartilhadas pelos participantes

---

<sup>41</sup> Instituições Particulares de Solidariedade Social é um registo atribuído pela Direção-Geral da Segurança Social às entidades “constituídas por iniciativas de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado”. São organizações com o objetivo de promoverem a solidariedade social, através de “serviços ou prestações de segurança social” (<http://www4.seg-social.pt/registo-de-instituicoes-particulares-de-solidariedade-social>).

<sup>42</sup> Um exemplo é o apoio a microempreendimentos solidários de produção que podem surgir (e mesmo ser incentivados) a partir destes espaços de troca.

destas iniciativas. A gestão partilhada está entre os ingredientes indispensáveis para a continuidade destes circuitos de troca. Entretanto, como pudemos observar em algumas das experiências, isto nem sempre acontece, revelando um aspecto importante para a sustentação (ou não) das iniciativas.

De forma resumida, podemos dizer que o caráter contra-hegemônico e emancipatório das redes de trocas em Portugal dependerá de seis condicionantes: (i) percepção de que a emancipação é, antes, uma condição política e não está necessariamente ligada aos conceitos usualmente viciados de desenvolvimento e de desenvolvimento econômico, que preconizam ritmos, modos de fazer e noções de produtividade nem sempre em sintonia com a lógica de funcionamento da comunidade; (ii) valorização dos saberes e fazeres locais, de modo a pôr a descoberto e em circulação as habilidades esquecidas e silenciadas; (iii) solução de continuidade das iniciativas, ainda que em momentos adversos; (iv) autonomia do grupo e gestão partilhada do quotidiano da rede de trocas; (v) construção de um espaço de debate e de articulação política para o enfrentamento de problemas da coletividade e (vi) compromisso da iniciativa com minorias simbólicas e/ou econômicas, de modo a que a experiência contribua para a redução das desigualdades locais.

Se os mercados solidários e as moedas sociais buscam promover a emancipação de sujeitos e coletividades, devem, antes, considerar que a cidadania só poderá constituir-se como realidade se as condições de ação e palavra, nos termos propostos por Hannah Arendt (2007), forem levadas em consideração. Ou seja, se os indivíduos e comunidades puderem ser agentes efetivos de sua própria história, construindo suas soluções a partir da palavra usualmente silenciada. Qualquer outra atitude, em que a opinião dos cidadãos seja reduzida em importância (em nome de um saber técnico pretensamente mais abalizado), tenderá a minar o caráter contra-hegemônico da iniciativa.

Ainda assim, apesar de todas essas questões que se colocam, é digno de nota que Portugal se consolida como um espaço de forte potencial para a Economia Solidária, principalmente em relação às trocas. Isto se dá por duas razões: pelo fato da troca ser uma prática já bastante antiga e comum nas aldeias e vilas rurais e pela presença forte desta sociedade-providência, que pode não ficar tão visível

à primeira vista, mas que tem relevância no contexto português. O significativo número de iniciativas de troca ao longo destes oito anos e os formatos em que elas operam evidenciam que estas ações incorporam em si mesmas diferentes lógicas espaço-temporais. Com todas as dificuldades que o processo de implementação de novas ideias traz consigo, sem dúvida, as redes de trocas solidárias portuguesas configuram-se, hoje, como a expressão concreta da potência de uma ecologia de saberes (cf. Sousa Santos, 2006, 2007) e de fazeres.

## Referências

- ARENDRT, H. 2007. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 352 p.
- ANTUNES, R. 2009. Introdução: A substância da crise. In: I. MÉSZÁROS (org.), *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo.
- BOURDIEU, P. 1979. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Les Éditions de Minuit, 672 p.
- BÚRIGO, F. L. 2001. Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária. Disponível em: <http://www.ifil.org/rccs/biblioteca/burigo.htm>. Acesso em: 28/01/2014.
- BÚRIGO, F.L. 2011. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária*. Fortaleza, Justributário, vol. XI, p. 1-31.
- BURKE, P. 2008. Modernidade, cultura e estilos de vida. In: M.L. BUENO; L.O. CAMARGO (orgs.), *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo, Senac, p. 25-40.
- COSTA, F.R. da. 1944. *Seguro de gados mútuo*. Lisboa, Cadernos Seara Nova, 29 p.
- CUNHA, T. 2011. A arte de xitcar num mundo de circunstâncias não ideais: feminismos e descolonização das teorias económicas contemporâneas. In: T. CUNHA (org.), *Ensaio pela democracia, justiça, dignidade e bem-viver*. Porto, Edições Afrontamento, p. 73-97.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. 2006. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 304 p.
- GARCIA, A. 2012. *Notafilia: moedas comunitárias de Portugal*. Disponível em: [http://www.economiasolidaria.org/files/Notafilia\\_Moedas\\_Comunitarias\\_de\\_Portugal.pdf](http://www.economiasolidaria.org/files/Notafilia_Moedas_Comunitarias_de_Portugal.pdf). Acesso em: 01/12/2013.
- HENRIQUES, M.A. 1986. Formas tradicionais de cooperação – as mútuas de seguro de gado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 21:101-119.
- HESPANHA, P. 2009. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84:49-65. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.390>
- HESPANHA, P.; FERREIRA, S.; PACHECO, V. 2013. O Estado Social, crise e reformas. In: *Relatório Preliminar do Observatório das Crises e Alternativas - Anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas*. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio\\_Anatomia\\_Crise\\_final\\_.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf). Acesso em: 10/11/2013.

- KEHL, M.R. 2004. A publicidade e o mestre do gozo. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 1(2):77-91.
- LAACHER, S. 2000. Les systèmes d'échanges locaux: quelques éléments d'histoire et de sociologie. Disponível em: <http://www.globenet.org/transversales/generique/58/syst.html>. Acesso em : 17/12/2014
- LIETAER, B.; PRIMAVERA, H. 2013. Moedas complementares, bancos comunitários e o futuro que podemos construir. In: B. LIETAER, O futuro do dinheiro. São Paulo, Cultrix, p. 425-477.
- LIETAER, B. 2000. Brève histoire des systèmes d'échange local. Disponível em <http://www.selidaire.org/liste/dpt13/selmart/histosel.htm>. Acesso em: 19/12/2014.
- MACHADO, S. 2013. Entrevista sobre moedas sociais para crianças. Concedida em 10/11/2013.
- MACHADO, N. 2012. Karl Polanyi e o Grande Debate entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. *Revista Economia e Sociedade*, 21(1-44):165-195.
- MACHADO, N. 2010. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90:71-94.  
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1771>
- MANCE, E. 1999. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Editora Vozes, 220 p.
- McCRACKEN, G. 2003. *Cultura & Consumo*. Rio de Janeiro, Mauad, 208 p.
- MÉSZÁROS, I. 2009. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 136 p.
- NAMORADO, R. 2009. Para uma economia solidária – a partir do caso Português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84:65-80.  
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.396>
- POLANYI, K. 1957. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, Beacon Press, 317 p.
- PRIMAVERA, H. 2013. Moedas complementares no Brasil: passado e futuro. In: B. LIETAER, O futuro do dinheiro. São Paulo, Cultrix. Disponível em: <http://ofuturododinheiro.wordpress.com/brasil-2012/>. Acesso em: 15/02/2014.
- QUIJANO, A. 2004. Sistemas alternativos de produção? In: B. de S. SANTOS (org.), *Produzir para Viver*. Porto, Afrontamento, p. 407-438.
- SAHLINS, M. 1978. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 232 p.
- SANTOS, L.L. dos 2011. Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo. In: P. HESPANHA; A. MENDONÇA (orgs.), *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina/CES, p. 169-203.
- SANTOS, L.L. dos 2012a. A educação para o consumo no espaço da escola: criando as bases para o consumo crítico e solidário. In: J. DOURADO; F. BELIZÁRIO (orgs.), *Reflexão e práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos*. São Paulo, Oficina de Textos, p. 69-89.
- SANTOS, L.L. dos 2012b. Refletindo sobre o consumo no espaço da escola: um olhar sobre as representações que circulam na sala de aula. In: J. DOURADO; F. BELIZÁRIO (orgs.), *Reflexão e práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos*. São Paulo, Oficina de Textos, p. 25-28.
- SENNETT, R. 1999. *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras, 447 p.
- SILVEIRA, E.J.S. da. 2007. *Antropologia e Economia: contribuições à crítica a utopia de mercado e a importância cultural do consumo*. Disponível em: [http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo\\_90002.pdf](http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_90002.pdf). Acesso em: 02/12/2013.
- SINGER, P. 2009. Finanças solidárias e moeda social. In: L.E. FELTRIM; E.C.F. VENTURA; A.V.B. DOLD, *Projeto inclusão financeira*. Brasília, Banco Central do Brasil, p. 69-78.
- SOARES, C. 2006. *Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo*. Florianópolis, SC. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 251 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89433/226267.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23/12/2013.
- SOARES, C. 2009. Moeda social. In: A.D. CATTANI; J.-L. LAVILLE; L.I. GAIGER; P. HESPANHA (orgs.), *Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina, p. 255-259.
- SOARES, P. 2011. O mercado solidário: um caminho a percorrer. In: T. CUNHA (org.), *Ensaio pela democracia, justiça, dignidade e bem-viver*. Porto, Afrontamento, p. 143-152.
- SOUSA SANTOS, B. de. 2006. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política Social*. São Paulo, Afrontamento, 511 p.
- SOUSA SANTOS, B. de. 2007. *Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo, Boitempo, 128 p.
- SOUSA SANTOS, B. de. 2012. A desmedida das medidas de austeridade recessiva. In: B. de SOUSA SANTOS, *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra, Almedina, p. 69-88.

Submetido: 01/03/2014

Aceito: 23/09/2014